



**Ana Vieira** é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA\_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



**Ricardo Vieira** nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA\_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades; Metamorfoses da Identidade; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade Cultural; Mediação Intercultural; Identidades nos Idosos; Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



05

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

# Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO a página

## ÍNDICE

<b>Nota de apresentação</b> .....	7
<i>Isabel Baptista</i>	
<b>Prefácio</b> .....	9
<i>José Antonio Caride</i>	
<b>Prefácio</b> .....	13
<i>Américo Peres</i>	
<b>Introdução</b> .....	17
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	

### Capítulo 1

#### A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

<b>1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional</b> . . .	25
<i>Ana Vieira</i>	
<b>2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social</b> .....	39
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
<b>3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social</b> .....	47
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	
<b>4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social</b> .....	55
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
<b>5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social</b> .....	65
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	
<b>6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social</b> .....	71
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	
<b>7. Ética(s) e Educação Social</b> .....	80
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 2  
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural .....	95
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução .....	98
<i>Ana Maria Vieira</i>	
3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação .....	103
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais .....	106
<i>Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 3  
NA ESCOLA:  
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar .....	113
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares .....	117
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	
3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência .....	121
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução .....	124
<i>Ana Maria Vieira</i>	
5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino .....	127
<i>Ricardo Vieira</i>	
6. Educação e Trabalho Social na Escola .....	130
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	
7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica .....	133
<i>Ana Maria Vieira</i>	
8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras .....	136
<i>Ana Maria Vieira   Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 4  
COMPLEXIDADE  
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento .....	153
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e "faz de conta" .....	156
<i>Ricardo Vieira</i>	
3. Professor ou Contratado? .....	165
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Ser Voluntário... ..	168
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha .....	171
<i>Ricardo Vieira   Ana Maria Vieira</i>	
6. Escola, Física e Sociedade .....	174
<i>Ricardo Vieira</i>	
7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha .....	177
<i>Ricardo Vieira</i>	

TÍTULO

**Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações**

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

COLEÇÃO

**a Página**

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

**1000 exemplares**

Depósito legal

**408254/16**

ISBN

**978-972-8562-74-8**

1.ª Edição: **Abril 2016**

**PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página da Educação**

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

**NOTA:** Os textos publicados na coleção a Página são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista a Página da Educação.

## 4.

### Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social

*Ana Maria Vieira*

ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

*Ricardo Vieira*

ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

Em Portugal, a Educação Social, sendo uma profissão muito mais recente que em Espanha, por exemplo, estamos, ainda, em processo duradouro de profissionalização e de criação de uma identidade profissional neste campo. É de salientar, aqui, a importância da Associação Profissional de Técnicos Superiores de Educação Social – APTSES – que tem tido um trabalho meritório nesta matéria. Sílvia Azevedo, atual Presidente da APTSES, refere que o seu estudo (Azevedo, 2011: 12)

*“pretende responder a inquietações ligadas a uma preocupação muito concreta dos educadores sociais portugueses (licenciados) – a criação de um instrumento regulador da atividade e da carreira profissional – Estatuto Profissional do Técnico Superior de Educação Social. Considera-se que este será um instrumento fundamental para a valorização e reconhecimento social da profissão”.*

Num texto relativamente recente de Correia e outros (2014: 113), convoca-se Caride (2005), para quem

*“estamos face a uma ciência em (re)construção, atendendo às realidades socio-culturais e económicas em que inscreve as suas atuações, com um objeto, um método e fontes próprias, que intervém para transformar a realidade, promo-*

*viendo políticas socioeducativas que têm nos direitos humanos um pilar orientador.”*

Na verdade, os educadores sociais encontram, ainda, algumas dificuldades na integração profissional e interventiva nos mais diversos campos de intervenção social e socioeducativa, não pela falta de competências ou inexistência de territórios sociais e educativos de intervenção/educação mas, antes, pela subsistência de alguma confusão existente sobre as suas funções e delimitação do campo de intervenção relativamente a com outras áreas e profissões do Trabalho Social. Não será por acaso que, em Espanha, por exemplo, os cursos de Pedagogia Social alimentam, inicialmente e de igual modo, as especializações finais do assistente social, educador social e do animador sociocultural.

Ainda que a ciência moderna se tenha constituído à volta da construção de campos epistemológicos e suas fronteiras, a verdade é que as fronteiras tanto podem servir para delimitar como podem ser vir para transgredir e inovar, como é o caso da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade (Morin, 2008; Nicolescu, 2000). A este propósito, José António Caride refere que

*“as fronteiras existem, assinalando como, «com elas emergem diversas formas de acomodar-se ao estabelecido, ainda que também – nunca como agora – haja múltiplas opções para transgredir os seus limites, abrindo o pensamento e a ação social a novos horizontes e destinos (Caride, 2005:15). Referíamo-nos, então, à Pedagogia Social e à sua insistente reivindicação de uma educação de vistas largas, comprometida com os direitos cívicos, sensível às realidades quotidianas das pessoas, da necessidade de formar cidadãos que sejam conscientes do protagonismos que lhes corresponde assumir na construção de uma sociedade mais coesa e inclusiva” (Caride, 2011: 17).*

Em Portugal, o 1º curso de Educação Social, de natureza técnico-profissional, data da década de 70. Em 1996 surge a 1ª licenciatura em Educação Social na Universidade Portucalense. *“Este foi um marco decisivo para a Educação Social, pois, até então, o educador social era entendido como um mero um executor de tarefas lúdicas, não tendo qualquer papel nas tomadas de decisão da intervenção. Esta evolução da formação permitiu que os educadores sociais passassem a ser vistos como profissionais de intervenção e investigação psicossocial e não só como animadores sociais e culturais” (Azevedo e Correia, 2013: 6).*

Mas também é verdade que sem uma boa divulgação do trabalho produzido na investigação, na intervenção e na investigação-ação no domínio da Educação Social e da Pedagogia Social, corre-se o risco de a identidade profissional do educador social poder confundir-se com uma banda larga de intervenções dentro do domínio do trabalho social. A este propósito, Correia e outros (2014) destacam:

*“como um último desafio para a Educação Social em Portugal, a reduzida investigação e produção de publicações que deem visibilidade ao trabalho realizado. A produção de conhecimento é fundamental para a afirmação de qualquer profissão. Os educadores sociais terão de criar conhecimento que torne visível a matriz teórica em que se inscreve a sua praxis profissional. Dada a sua intervenção em contextos sociais diversificados, os educadores sociais precisam de divulgar as suas experiências e boas práticas. Além disso, acreditamos que a escrita favorece a consciencialização profissional, numa atitude crítica e reflexiva das práticas dos profissionais, norteadas por um forte compromisso ético.”*

Depois de uma Educação Social algo centrada sobre os setores desfavorecidos da sociedade, o desemprego, a marginalização e a exclusão social, iniciaram-se ruturas com os processos assistencialistas de intervenção baseados no emergencialismo e na caridade, tende a emergir uma nova Educação Social, também em Portugal, com a adoção de novas formas de trabalho social que privilegiem as vertentes pedagógicas e sociais bem como a promoção da autonomia e da solidariedade como responsabilidade de todos.

A declaração Universal dos Direitos Humanos acabou por vir a ser decisiva para a Educação Social pois chamou a atenção para os ideais humanitários de igualdade social, justiça, solidariedade, fraternidade e hospitalidade.

Ainda em termos históricos mas do ponto de vista mais global, é possível analisar o desenvolvimento da Pedagogia Social em 4 etapas como iremos ver de seguida. Primeiro há que recordar que, em termos de emergência da profissão a Pedagogia Social surgiu na Alemanha muito relacionada com a sociedade industrial e com todos os problemas sociais consequentes à mesma. Procuravam-se soluções pra os problemas humanos e sociais tais como os decorrentes de fortes movimentos migratórios, da proletarização do campesinato, do desemprego, da pobreza, da exclusão económica e cultural, do abandono de meno-

res, da delinquência e da falta de proteção social. A ideia da Pedagogia Social assentava na necessidade da criação de estratégias que dessem respostas às necessidades individuais e sociais, estabelecendo um ideal de comunidade face ao individualismo emergente.

Relativamente à primeira etapa, ele está muito centrada no pensamento e obra de Paul Natorp (1854-1920) para quem todo o ser humano é, sobretudo, um ser social. Por isso tanto chamou a atenção para a dimensão social da educação como reação contra o individualismo. Por isso, também, para Natorp toda a Pedagogia é social.

A segunda etapa está compreendida entre 1920 e 1933 e coincide com o aumento dos problemas humanos e sociais em consequência da I grande guerra mundial. Nohl (1965 cit in Perez Serrano, 2010) deixou-nos um bom contributo ao defender a articulação entre a teoria e a prática numa perspetiva hermenêutica. De igual modo, deixou-nos uma apologia de uma Pedagogia Social relacionada principalmente com a política e concebida a partir de uma perspetiva essencialmente preventiva.

A terceira etapa (1933-1949) é considerada, de alguma forma, uma etapa de estagnação da Pedagogia Social uma vez que ela é utilizada para propaganda política pelo nacional-socialismo de Hitler.

Finalmente, a quarta etapa é designada de Pedagogia Social Crítica e inicia-se nos anos 50 do século passado. O enfoque dado ao caráter preventivo dos problemas sociais ganha peso e anuncia uma nova fase orientada para as necessidades educativas emergentes. Esta Pedagogia Social Crítica propõe-se partir de situações concretas dando importância às diferenças culturais e tendo em conta a memória histórica. Ela é autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valoração da prática. É dialética, utiliza o modelo ecológico e, em termos processuais, aposta na dimensão relacional, intercontextual e intersistémica.

A Pedagogia Social Crítica é a que mais se aproxima do paradigma da Mediação Intercultural com o qual queremos fazer alguns cruzamentos neste capítulo. A Pedagogia Social Crítica busca a emancipação, usa a investigação como estratégia metodológica e analisa e reflete sobre a observação para transformar a realidade. Há uma clara intenção de (trans)formação, conceito que constitui também palavra chave deste livro e que se inscreve, inclusivamente, no título da obra. Além disso, esta nova Pedagogia Social, chamemos-lhe assim, une a teoria

à prática numa dialética constante e aposta numa comunicação geradora de consensos num modelo ecológico sustentado pela negociação tão cara a todos os tipos de mediações e conexão com os diversos sistemas aproximando-se, assim, da Mediação Intercultural, tal como é concebida por Carvalho e Baptista (2004: 72) para quem

*“os educadores sociais surgem neste sentido como mediadores profissionais, como promotores de laços sociais numa perspetiva criativa e renovadora que não se confunde com a conceção de mediação tipo curativo ou preventivo, segundo a distinção feita por Jean-François Six (1990). [...] Mais do que procurar minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas impulsionadoras de atividade, de criatividade e de solidariedade. De humanidade, portanto.”*

Na mesma linha, Cohen-Emerique (2008) defende uma postura de negociação, caso a caso, uma busca em comum do profissional e da família imigrante [a título de exemplo], mediante o diálogo e o intercâmbio de um mínimo de acordo, de um compromisso onde cada qual se veja respeitado na sua identidade e nos seus valores básicos ao aproximar-se do outro [aproximação bilateral, próxima da hermenêutica diatópica proposta por Santos (1997)].

De igual modo, AAVV (2008:99) defendem três tipos de mediação: a preventiva que consiste em facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas com códigos culturais diferentes; a reabilitadora que é a que mais se aproxima da resolução de conflitos de valores, próxima da mediação de conflitos, filha da escola de Harvard dos anos 50; e, finalmente, a mediação criativa também designada de transformativa por buscar a criação de novas normas, novas ações baseadas em novas relações entre as partes.

Também Carlos Gimenez (2014) distingue bem a mediação resolutiva da preventiva e transformativa. A este propósito, defende as seguintes funções da figura mediadora intercultural: facilitar a comunicação entre pessoas /grupos de culturas distintas; assessorar os agentes sociais na sua relação com os coletivos minoritários em temas de interculturalidade, diversidade cultural (culturas diversas, imigração) e relações intercomunitárias; assessorar pessoas e comunidades minoritárias na sua relação com a sociedade e cultura hegemónicas; promover o acesso a serviços e recursos públicos e privados; construir cidadania e

acompanhar ativamente os processos pessoais de integração e inclusão e favorecer a participação social e comunitária. Do seu ponto de vista, todas estas funções se podem desenvolver em qualquer âmbito da intervenção social: familiar, educativo, laboral, jurídico, social, comunitário, etc., o que faz aproximar o Mediador Intercultural, em parte, de muitas das competências do Educador Social se quiser crítico e de intervenção mediadora. É de salientar aqui o papel de Carlos Giménez, professor catedrático de Antropologia na Universidade Autónoma de Madrid, na formação de jovens mediadores interculturais a trabalhar em consonância com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), antigo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) em equipas multidisciplinares de trabalho comunitário em concelhos da grande região de Lisboa, Setúbal, entre outros, designadas por MISP (Mediadores Interculturais em Serviços Públicos). Num seminário intensivo sobre Mediação Intercultural realizado em Madrid, no IMEDS, Instituto Universitário de Investigação sobre migrações, etnicidade e desenvolvimento social da Universidade Autónoma de Madrid, um conjunto de professores e investigadores de universidades e politécnicos portugueses, iniciaram a constituição de uma rede de formação intercultural que veio a designar-se por RESMI (rede de ensino superior de Mediação Intercultural), rede que os autores deste livro integram. A carta de compromisso da RESMI veio a ser assinada pelos representantes das 23 instituições de origem destes investigadores, em Lisboa, no Centro Cultural Ismaili no dia 21 Maio de 2015, Dia Mundial da Diversidade Cultural para Diálogo e o Desenvolvimento. A RESMI que se organizou, depois, em grupos temático, acusa, naturalmente, as diferentes conceções que coexistem, hoje, sobre as práticas da mediação, desde as mais amplas às mais técnicas e de cariz resolutivo e jurídico até às mais preventivas e transformativas, no sentido do empoderamento e da advocacia social que são as que mais se prendem com a Educação Social tal como aqui defendemos. No fundo, arriscamos dizer que a Mediação Intercultural que tem vindo a desenvolver-se no ACM, enquanto mediação mais preventiva, mais comunitária, mais emancipadora, mais autonomizadora é, no fundo, uma prática da própria Pedagogia Social mais do que uma especificidade da mediação em geral e da resolução de conflitos em particular, como veremos no ponto seguinte. Respeitamos, contudo, outros pontos de vista.

Num texto recente, ainda no prelo (2016) e resultado de uma comunicação apresentada na ESECS-IPLeiria, no dia 14 de Junho de 2014, na conferência “Espaços e Pedagogias de Mediação e Intervenção Social”, integrada no ciclo de conferências “Mediação Intercultural e Intervenção Social”, José António Caride reforçou bem a relação entre Pedagogia Social e Mediação Intercultural. Na sua comunicação [texto no Prelo, Porto, Afrontamento, 2016] intitulada “La mediación como pedagogía social: viejas realidades, nuevos desafíos para la intervención social” sublinha

*“La importancia de los sujetos, y no sólo de los hechos, enfatiza la vocación pedagógica y social de la acción-intervención mediadora, aunque a menudo sea más implícita que explícita. De ahí que nos prestemos a acentuar sus connotaciones educativas, abriendo los discursos y prácticas de la mediación a la acción-intervención educadora, con dos argumentos que apelan directamente a los vínculos que existen entre ambas: de un lado, el que pone de relieve que en toda mediación que se precie existen propósitos, fines, objetivos o métodos de naturaleza y alcance formativo; de otro, el que hace notar la dificultad de imaginar una educación pueda prescindir de los principios éticos y morales, o de los soportes axiológicos y emocionales que son inherentes a cualquier práctica mediadora puesta al servicio de la razón cordial (Cortina, 2007) y de la paz como cultura (Díaz, 2011). Aludimos, en síntesis, a todo un conjunto de valores, actitudes, comportamientos y estilos de vida que rechazan la violencia y previenen los conflictos, haciendo uso del diálogo y la negociación entre los individuos, los grupos, las organizaciones sociales e, incluso, los Estados. Una cultura de paz, a la que la mediación puede y debe favorecer, tratando de capacitar a las personas y a los colectivos sociales para que hagan elecciones, actuando no sólo en función de las circunstancias del presente, sino también de la visión del futuro al aspiran.”*

Américo Peres, também num texto ainda no prelo [Porto, Afrontamento, 2016], Educação Intercultural e Mediação Sociopedagógica, resultante dessa mesma conferência de “Espaços e Pedagogias de Mediação e Intervenção Social”, deixa bem claro esta proximidade entre pedagogia e mediação sociopedagógica:

*“Entendemos que a mediação sociopedagógica faz parte de uma constelação de conceitos – Educação, Cultura, Democracia e Escola/Comunidade/Territórios – em que o aprender a ser pessoa e o aprender a conviver com os outros se rege por princípios, conhecimentos, competências, atitudes e valores comuns, como sejam, Interculturalidade, Igualdade, Comunicação, Unidade, Diversidade, Ética, Política, Participação, Cidadania, Autonomia, Justiça e Desenvolvimento, como condição da dignidade da pessoa humana”.*

Também Capul e Lemay (2003: 113) numa obra dedicada à educação e à intervenção social, referem no primeiro de dois volumes que a mediação é como uma arte do

*“«entre-dois» em que o educador funciona como o intermediário privilegiado entre o que ainda não é mas se constitui silenciosamente e o que virá a ser numa série de gestos combinatórios, por ter sabido situar-se, em devido tempo, entre um estímulo forte e um organismo desejoso de o utilizar”.*

Para estes autores, o conceito de mediação é há muitos anos usado mas só mais recentemente tem sido devidamente apropriado como função essencial de toda e qualquer relação educativa, uma vez que é capaz de “pôr-se no meio” que é exatamente o contrário de colocar-se à distância. *“O educador é sempre este personagem que tenta estabelecer uma ponte entre um ser actual e em devir e um envolvente que deve dar a sua contribuição a um processo [...]”* de desenvolvimento. A função deste mediador não é propriamente a de tornar os espaços cheios de vida social entre pessoas, grupos e comunidades nem de os manter absolutamente vazios antes, pelo contrário, é o de fomentar a participação e de fazer com que os sujeitos se tornem protagonistas da ação social nesse mesmo espaço. Ainda de acordo com estes autores,

*“A mediação pode realizar-se de modo particularmente subtil nos novos locais de trocas que alguns educadores tendem actualmente a criar para pais, mães sóas, adolescentes perdidos nos grandes meios urbanos, jovens em ruptura com a escola, jovens desocupados, desempregados desesperados por encontrar um sentido para a sua existência, etc. Toda esta gente tem em comum o conhecimento angustiante do vazio. Se ficarem sóas face a esta depressão individual e coletiva, mergulharão na abstenção ou nas reivindicações estéreis. Se sentirem*

*que queremos recuperá-los através dum tipo de militantismo social generoso mas dominador, não tardarão a mobilizar as poucas forças que existem neles para deter esta nova pressão. Se se aperceberem duma presença autêntica de acolhimento para que se renovem laços, o naufrágio do desejo pode deter-se, depois pode surgir a esperança de outros laços que, combinando-se de maneira singular, permitam o ressurgimento duma vida psíquica”* (Capul e Lemay, 2003:113).

Eis pois, aqui, uma boa explicitação sobre a necessidade do educador social e, em geral, de todos os interventores sociais, serem-no de forma mediadora, de porem em prática a sua Pedagogia Social de uma forma mediadora e empoderadora que bem pode ser feita através da Mediação Intercultural como explicitaremos, ainda melhor, no ponto seguinte.

## Referências Bibliográficas

- A.A.V.V. (2008). *Mediación intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid:Ed. Popular.
- AZEVEDO, S. e CORREIA, F. (2013). “A Educação Social em Portugal: a evolução da identidade profissional”, in *RES Revista de Educación Social*, pp 1-11.
- BAPTISTA, I. (2012). “Pedagogia Social, um campo plural de investigação e intervenção” in *Cadernos de Pedagogia Social*, nº4 pp 5-8.
- CORREIA e outros (2014). “A Educação Social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional” in *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, V.3, N.1 p. 113 – 124.
- CAPUL, M. e L., Michel (2003). *Da educação à intervenção social*, Vol. I e II. Porto: Porto Editora.
- CARIDE, J.A. (2011). “As identidades da Animação Sociocultural nas fronteiras da sociedade globalizada” in PEREIRA, J. e LOPES, M. (coords). *As fronteiras da Animação Sociocultural*. Amarante: Ed. Intervenção.
- CARIDE, J.A. e PERES, A. (2013). “Prefácio” a VIEIRA, A. *Educação Social e Mediação Sociocultural*, Porto: Profedições.
- CARIDE, José Antonio (2005). *Las Fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- CARRERAS, Juan Sáez e MOLINA, José Garcia (2006). *Pedagogia Social Pensar la Educación Social como profesion*. Madrid: Alianza Editorial.
- CARVALHO, A. D. & BATPISTA, I. (2004). *Educação Social fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

- COHEN-EMERIQUE, Margalit (2008). "Presentación", in A.A.V.V. *Mediación intercultural: una propuesta para la formación*, Madrid: Ed. Popular, pp 17-23.
- FERMOSO, P. (1994). *Pedagogia Social. Fundamentación científica*, Barcelona: Herder.
- GIMÈNEZ, C. (2010). *Interculturalidade e Mediação*, Lisboa: ACIDI,IP.
- GIMENEZ, Carlos (2014). *Seminário Intensivo sobre mediação intercultural*, Madrid: IMEDS e ACM
- LARSON, Magali S. (1977). *The Rise of Professionalism*. Berkeley: University of California Press.
- MORIN, Edgar (2008 [1990]), *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa: Instituto Piaget.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2013). "Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural" in *A Página da Educação*, n.º Extra Série, Outono de 2013, pp. 34-35.
- SANTOS, Boaventura (1997). "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n 48, pp. 11-32.